

OCORRÊNCIA DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E O USO DO PRESERVATIVO MASCULINO POR DETENTOS

OCCURRENCE OF SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS AND THE USE OF MALE CONDOMS BY INMATES

Francisco de Assis Viana do Santos¹ Alice de Sousa Ventura² Sayane Daniela Santos Lima³ Jardeliny Corrêa da Penha⁴

RESUMO

Objetivo: Verificar a associação entre a história pregressa de ocorrência de infecção sexualmente transmissível com o conhecimento, a atitude e a prática dos detentos acerca do uso de preservativo masculino. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, transversal, quantitativo, realizado com 169 detentos de uma penitenciária piauiense. A coleta dos dados se deu entre dezembro de 2018 a dezembro de 2019 por meio da aplicação de dois instrumentos. Os dados foram tabulados e analisados no software *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 20.0. A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, parecer nº 2.948.435. **Resultados:** 138 (81,7%) detentos afirmaram que nunca tiveram infecções sexualmente transmissíveis (IST) e o conhecimento e a prática deles quanto ao uso do preservativo masculino foram considerados inadequados, respectivamente, 158 (93,5%) e 130 (76,9%), somente a atitude foi adequada, 87 (51,5%). Não houve associação estatística significativa entre a ocorrência de IST e o conhecimento, atitude e prática ($p > 0,005$), mas, entre os que tiveram IST, a maioria teve conhecimento, atitude e prática inadequados, simultaneamente, 35 (20,7%), 19 (11,2%) e 31 (18,3%). **Conclusão:** É necessário o desenvolvimento de ações de educação em saúde para promoção da saúde sexual e a diminuição de IST nesse público.

Palavras-chave: Doenças Sexualmente Transmissíveis; Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde; Preservativos; Prisioneiros; Saúde Sexual.

ABSTRACT

Objective: To verify the association between previous history of sexually transmitted infection (STI) and knowledge, attitude, and practice of detainees regarding the use of male condoms. **Methods:** A descriptive, exploratory, cross-sectional, and quantitative study was carried out with 169 detainees from prison in Piauí. Data collection took place from December 2018 to December 2019, and two instruments were used. Data were tabulated and analyzed using the *Statistical Package for the Social Sciences* version 20.0. The research was approved by a Research Ethics Committee (opinion no. 2,948,435). **Results:** A total of 138 (81.7%) inmates stated that they never had STIs, and their knowledge and practice regarding male condom usage were considered inadequate in 158 (93.5%) and 130 (76.9%) cases, respectively. The attitude was adequate in 87 (51.5%) cases. There was no significant statistical association between STIs and knowledge, attitude, and practice ($p > 0.005$). However, among those who had a history of STIs, the majority had simultaneously inadequate knowledge, attitude, and practice in 35 (20.7%), 19 (11.2%), and 31 (18.3%) cases. **Conclusion:** It is necessary to develop health education actions to promote sexual health and decrease STIs in this public.

Keywords: Sexually Transmitted Diseases; Health Knowledge, Attitudes, Practice; Condoms; Prisoners; Sexual Health.

¹ Enfermeiro graduado pela Universidade Federal do Piauí. Campus Amílcar Ferreira Sobral, Floriano-Piauí, Brasil. E-mail: assissantosf9@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3047-260X>

² Acadêmica de enfermagem da Universidade Federal do Piauí. Campus Amílcar Ferreira Sobral, Floriano-Piauí, Brasil. E-mail: aliceventura07@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4805-912X>

³ Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Piauí. Campus Amílcar Ferreira Sobral, Floriano-Piauí, Brasil. E-mail: sayanedan@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1024-3896>

⁴ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí. Campus Amílcar Ferreira Sobral, Floriano-Piauí, Brasil. E-mail: jardelinypenha@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5956-9072>

INTRODUÇÃO

A situação dos presídios brasileiros passa por diversos problemas, como dificuldades estruturais, superlotação carcerária e condições desumanas de custódia, que tem infringido os direitos fundamentais desta população, deixando-os alheios à falta de segurança e de saúde⁽¹⁾. Nesse contexto, os homens privados de liberdade (HPL) constituem-se como grupo vulnerável a diversas infecções, entre elas as infecções sexualmente transmissíveis (IST)⁽²⁾.

Os detentos apresentam grande suscetibilidade de adquirir IST devido às práticas sexuais desprotegidas e às exposições parenterais, compartilhamento de seringas e outros materiais cortantes, como lâmina de barbear⁽³⁻⁴⁾. Além disso, condições como toxicod dependência e níveis socioeconômicos precários favorecem a suscetibilidade e a prevalência das IST⁽⁴⁾.

As IST/Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/Aids estão entre os problemas de saúde pública mais comuns no Brasil e no mundo⁽⁵⁾, no entanto, há falta de dados sobre a prevalência desses agravos entre os HPL. Estima-se que a soro prevalência do HIV varia de 1,6% a 25,0% e da sífilis 7,4% a 18%, sendo que esta última é a IST que mais acomete os detentos⁽³⁾.

A medida mais eficaz na interrupção da transmissão das IST é o uso contínuo de preservativo nas relações sexuais⁽⁶⁾. Ademais, o domínio nos cuidados para o uso do preservativo é imprescindível para adoção de uma prática segura e eficaz, sendo assim, os indivíduos necessitam de orientações que garantam um uso adequado para alcançarem resultados favoráveis e habilidades quanto ao manejo dos preservativos, por se tratar de uma atitude comportamental de certa forma complexa que envolve valores e opiniões⁽⁷⁾.

Frente a isso, vê-se que o conhecimento e a atitude não são suficientes para que a prática do uso do preservativo nas relações sexuais se torne eficiente, é necessário que este seja utilizado em todas as relações sexuais (oral, anal ou vaginal) de maneira correta para obter melhor resultado. Entretanto, sabe-se que a atitude de optar pelo uso correto favorece a adoção de uma prática saudável⁽⁷⁾.

É importante ressaltar que na literatura científica não há estudos sobre o conhecimento, a atitude e prática de detentos, do sexo masculino, acerca do uso do preservativo, associada à ocorrência de IST. Desse modo, a presente pesquisa é de suma importância, pois, buscou-se identificar esses dados, de modo a contribuir para o meio científico, bem como subsidiar propostas e intervenções mais fidedignas de prevenção e controle das IST na população investigada.

OBJETIVO

O estudo objetiva verificar a associação entre a história pregressa de ocorrência de infecção sexualmente transmissível com o conhecimento, a atitude e a prática dos detentos acerca do uso de preservativo masculino.

METODOS

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório e transversal, de abordagem quantitativa, realizado com 169 homens reclusos em uma unidade prisional do estado do Piauí. Como critério de inclusão foram adotados os seguintes: ser interno em regime fechado com, no mínimo, 30 dias de reclusão. E de exclusão: os internos que estavam ausentes no momento da coleta para tratamento de saúde fora do presídio ou em audiência externa, que nunca tiveram relação sexual, que tinham alguma limitação cognitiva, diagnosticada pela

equipe de saúde da penitenciária, que o impedisse de responder o formulário e/ou aqueles identificados pelo serviço prisional como de alta periculosidade.

A coleta dos dados foi realizada no período de dezembro de 2018 a dezembro de 2019 e se deu por entrevista, face a face, com duração estimada de 30 a 40 minutos. Inicialmente, foram esclarecidos aos presos os objetivos, os riscos e os benefícios do estudo por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), utilizando-se de linguagem simples e coloquial. Após isso, foi solicitada a assinatura do TCLE, e para aqueles que não sabiam assinar seu nome, foi solicitada a impressão do dedo polegar em espaço destinado para tal. O pesquisador portou apenas os instrumentos de coleta de dados; duas vias do TCLE; uma caneta para registro das informações; e uma almofada coletora de impressão digital, caso fosse necessária.

O primeiro instrumento usado no estudo foi elaborado e adaptado de Rocha e Samudio⁽⁸⁾, que tratou sobre o perfil socioeconômico, que contempla as variáveis: idade (em anos), naturalidade, escolaridade, cor ou raça (autodeclarada), ocupação, estado civil (casado, separado, união estável, divorciado, viúvo, solteiro), renda familiar (em salários mínimos); além da investigação sobre a ocorrência de IST. E o segundo, foi o inquérito Conhecimento, Atitude e Prática sobre uso do preservativo (inquérito CAP), da autora Nicolau⁽⁹⁾, para a qual foi enviada um e-mail solicitando o uso deste instrumento, que foi concedido.

Os dados foram tabulados e analisados por meio de análise descritiva no software estatístico *Statistical Package for the Social*

Sciences (SPSS), versão 20.0. Os resultados são apresentados em tabelas ilustrativas, contendo frequências absolutas e relativas, medidas de tendência central (média - \bar{X} , e mediana - Md) e de dispersão (desvio padrão). E a análise inferencial compreendeu a associação estatística de variáveis nominais por meio do Teste Qui-quadrado. Para tanto, considerou-se nível de significância de 5% e intervalo de confiança de 95,0%, sendo estatisticamente significativo o teste que apresentasse valor de $p < 0,05$. Todos os resultados foram discutidos com literatura pertinente.

A presente pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, com parecer com nº 2.948.435, e respeitou, portanto, todas as diretrizes e princípios de pesquisas que envolvem seres humanos.

RESULTADOS

Quanto à caracterização do perfil socioeconômico dos detentos entrevistados, apresenta-se logo abaixo a tabela 1.

Verificou-se, conforme a tabela 1, que a faixa etária da maioria dos detentos foi de 18 a 29 anos de idade (52,7%), sendo que a média de idade foi de 32,89 anos; grande parte era do estado do Piauí, destacando-se a cidade de Floriano, 38 (22,5%) dos internos; 100 (59,2%) deles tinham ensino fundamental incompleto; 110 (65,1%) se autodeclararam pardos; acerca da ocupação antes da reclusão, destacaram-se os pedreiros/ajudantes de pedreiro, 24 (14,2%); 82 (41,8%); e 63 (20,7%) apresentavam renda familiar de até 998,00 reais, sendo que o valor médio foi de 1.708,89 reais.

Tabela 1 - Caracterização, em frequências absolutas e relativas, do perfil socioeconômico dos detentos entrevistados. Floriano, Piauí, Brasil, 2018-2019. (n=169).

VARIAVEIS	N	%	MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL	DESVIO PADRÃO
-----------	---	---	------------------------------	---------------

			\bar{X}	Md	
Faixa etária (em anos)			30,89	29,00	9,44
De 18 a 29	89	52,7			
De 30 a 39	54	32,0			
De 40 a 49	18	10,7			
≥ 50 anos	8	4,7			
Naturalidade			-	-	-
Florianópolis	38	22,5			
Teresina	17	10,1			
Uruçuí	8	4,7			
Outras cidades do Piauí*	65	38,5			
Outros estados**	40	23,7			
Em branco	1	0,6			
Escolaridade			-	-	-
Analfabeto	9	5,3			
Ensino fundamental incompleto	100	59,2			
Ensino fundamental completo	13	7,7			
Ensino médio incompleto	32	18,9			
Ensino médio completo	11	6,5			
Ensino superior incompleto	2	1,2			
Ensino superior completo ou mais	2	1,2			
Cor/raça autodeclarada			-	-	-
Pardo	110	65,1			
Negro	42	24,9			
Branco	17	10,1			
Ocupação			-	-	-
Pedreiro/Ajudante de pedreiro	24	14,2			
Agricultor	13	7,7			
Lavrador/fazendeiro	10	5,9			
Serviços gerais	10	5,9			
Outras ocupações***	95	56,2			
Desempregado	12	7,1			
Em branco/nunca trabalhou	5	3,0			
Estado civil			-	-	-
Solteiro	82	41,8			
Casado/união estável	61	31,1			
Separado	22	11,2			
Viúvo	2	1,0			
Divorciado	1	0,5			
Em branco	1	0,5			
Renda familiar (em reais*****)			R\$ 1.708,89	R\$ 998,00	R\$ 4.087,76
Sem renda	35	20,7			
Até R\$ 998,00	63	37,3			

De R\$ 999,00 a R\$ 1.996,00	39	23,1
> R\$ 1.996,00	32	18,9

Fonte: próprios pesquisadores.

*Outras cidades: Água Branca, Altos, Amarante, Angical, Arraial, Barro Duro, Bertolínia, Campo Maior, Canto do Buriti, Flores, Guadalupe, São Francisco do Piauí, Hugo Napolião, Itaqueira, Jerumenha, Landres Sales, Manoel Emídio, Marcos Parente, Oeiras, Pavussu, Picos, Regeneração, Regeneração, São João do Piauí, São Jose dos Peixe, São Pedro, São Raimundo Nonato, Simões, Socorro do Piauí, Valença.

**Outros estados: Bahia, Ceara, Distrito federal, Goias, Maranhão, Mato grosso, Minas gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins.

***Outras ocupações: Agricultor/vaqueiro, ajudante de pedreiro/ gesseiro, ajudante de pedreiro/ jardineiro, ambulante, apicultor, artesão, assistências técnica mecânica, autônomo, borracheiro, cabelereiro, caminhoneiro, capoteiro, caseiro fazenda, cobrador, comerciante, controlador de construção civil, diarista, eletricista, empresário, estudante, fiscal de loja, forrador, frentista, garçom, lava jato/churrasqueiro, lavador de carro, maqueiro, marceneiro, mecânico, montador de moveis, motorista, mototaxista, musico, operador de máquina, pescador, pintor, pintor/polidor de carro, projetista de som, recepcionista, representante comercial, servente, servidor braçal, soldador, soldador/ armador, técnico de som automotivo.

*****O salário mínimo vigente correspondente ao último ano de coleta de dados era de 998,00 reais.

Quanto à história pregressa de ocorrência de IST entre os detentos, antes do ingresso na penitenciária, 138 (81,7%) entrevistados responderam que não. E, por meio da aplicação do inquérito CAP sobre uso do preservativo masculino, observou-se que o conhecimento e a prática foram

considerados inadequados, respectivamente, 158 (93,5%) e 130 (76,9%), e somente a atitude foi adequada, com 87 (51,5%). Depois disso, testou-se a associação entre essas variáveis, segundo se mostra na tabela 2.

Tabela 2 - Associação entre a história pregressa de ocorrência de infecção sexualmente transmissível e conhecimento, atitude e prática adequado ou inadequado sobre o uso do preservativo masculino. Florianópolis, Piauí, Brasil. 2018-2019. (n=169)

VARIÁVEIS	OCORRÊNCIA INFECÇÃO SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL				P
	Sim		Não		
	N	%	N	%	
Conhecimento					
Adequado	1	0,6	10	5,9	0,306
Inadequado	35	20,7	123	72,8	
Atitude					
Adequada	17	10,1	70	41,4	0,565
Inadequada	19	11,2	63	37,3	
Prática					
Adequada	5	3,0	34	20,1	0,140
Inadequada	31	18,3	99	58,6	

Fonte: próprios pesquisadores.

Como observado na tabela 2, não houve associação estatística significativa

entre a ocorrência de IST e o conhecimento, a atitude e a prática adequados ou

inadequados. É primordial destacar que entre os que tiveram IST, a maioria teve conhecimento, atitude e prática inadequados, respectivamente, 35 (20,7%), 19 (11,2%) e 31 (18,3%).

DISCUSSÃO

Pelos resultados apresentados, nota-se que os detentos entrevistados eram indivíduos com condições socioeconômicas que poderiam favorecer a ocorrência de diferentes doenças, como por exemplo, a baixa escolaridade, situação que pode dificultar o acesso aos serviços de saúde e possivelmente adesão aos comportamentos seguros e saudáveis (como uso do preservativo em todas as relações sexuais) e/ou a tratamento instituídos.

Mesmo assim, muitos foram os entrevistados que informaram a não ocorrência de IST. Similar a este achado, investigação com 284 confinados, desenvolvida na cidade de Jequié, Bahia, que teve como objetivo descrever o perfil epidemiológico de pessoas privadas de liberdade, revelou que 188 destas (66,2%) afirmaram nunca ter tido IST⁽¹⁰⁾.

De modo contrário, pesquisa, que objetivava descrever os dados epidemiológicos de doenças transmissíveis na população privada de liberdade na região centro-oeste do Brasil no período de 2014 a 2019, revelou que o HIV e sífilis estiveram entre os agravos que mais se destacaram, respectivamente, 1.190 e 902 casos, com risco relativo, concomitante, de 62,46 e de 23,32 para ocorrência dessas doenças⁽¹¹⁾. Isto evidencia que os HPL compõem em geral um grupo de vulnerabilidade às IST/HIV/Aids, portanto, merecem especial atenção do Sistema Único de Saúde (SUS) no desenvolvimento de ações que promovam

a saúde sexual deles e, conseqüentemente, previnam a ocorrência dessas infecções.

A população carcerária tem direito à saúde garantida pelo estado, segundo a Portaria nº 1.777 de 9 de setembro de 2003, que institui o Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário (PNSSP). Este plano inclui a população privada de liberdade no SUS, garantindo acesso igualitário no qual a equipe mínima é constituída por um médico, enfermeiro, assistente social, psicólogo, cirurgião dentista, técnico e/ou auxiliar em saúde bucal e um técnico de enfermagem, que preste um atendimento de qualidade, visando à prevenção, o diagnóstico e o tratamento de agravos à saúde⁽¹²⁾. Sendo assim, a equipe de saúde penitenciária deve orientar os detentos quanto à importância do uso do preservativo em todas as relações sexuais, bem como ensiná-los quanto à prática correta para prevenção das IST.

No que concerne ao conhecimento, atitude e prática dos detentos quanto ao uso do preservativo masculino, revelou-se, com os resultados, que apenas a atitude foi considerada adequada. Este achado corrobora com estudo desenvolvido em Aquiraz, Ceará, com 155 mulheres, sobre o Conhecimento, Atitude e Prática (CAP) acerca do uso de preservativo masculino em uma unidade prisional feminina, em que se notou que apenas 35 (22,6%) e 29 (18,7%) possuíam, respectivamente, conhecimento e prática adequados e, em relação à atitude, em mais da metade, 95 (61,3%), foi considerada adequada⁽⁷⁾.

Além disso, enfatiza-se que entre os detentos entrevistados que tiveram IST, a maioria teve conhecimento, atitude e prática inadequados. Já em pesquisa realizada com mulheres privadas de liberdade, entre as que afirmaram ter tido IST, os percentuais de conhecimento e prática adequados quanto ao

uso do preservativo masculino foram muito baixos, respectivamente, 18,6% e 11,2%, e a atitude foi adequada (66,7%), entretanto, não se observou associação estatística significativa entre as essas variáveis⁽¹³⁾, assim como no presente estudo.

Frente a isso, pode-se inferir que a experiência vivida de ter alguma dessas infecções não favoreceu a adoção de comportamentos saudáveis nem mesmo de conhecimento sobre prática sexual segura, como meio para prevenir futura ocorrência ou reinfeção por uma IST.

Assim, ratifica-se que, mesmo que o indivíduo possua conhecimento e atitude positiva que facilitem a adoção de comportamentos preventivos/saudáveis, essa prática somente será assegurada se existir suporte adequado que favoreça a mudança de conduta e a manutenção do uso de preservativos⁽¹⁴⁾. Ademais, o conhecimento sozinho não é a garantia para a adoção de medidas preventivas, assim, torna-se fundamental o desenvolvimento programático de ações de educação em saúde dentro das unidades prisionais a fim de favorecer e estimular a adoção de comportamentos saudáveis e seguros, como o uso do preservativo de forma regular⁽¹⁵⁾.

Porém, estudos que investigaram somente a prática do uso do preservativo conseguiram identificar essa relação, como pesquisa desenvolvida no Piauí, que revelou associação estatística significativa da infecção pelo HIV com o não uso do preservativo durante a relação sexual ($p < 0,005$)⁽²⁾; investigação realizada no município de São Paulo, com 4.057 homens e mulheres, que observou que a falta de uso de preservativo na primeira relação sexual foi associada positivamente com IST (OR = 1; IC = 1,9-4,6)⁽¹⁶⁾; e pesquisa executada com 845 alunos da Universidade de Gondar,

em Gondar, Etiópia, em que aqueles que não usaram preservativo tiveram duas vezes mais chance de adquirir IST do que os que usaram⁽¹⁷⁾.

Pelo exposto, nota-se a necessidade de ações de educação em saúde com o público ora investigado, de modo a ir além da distribuição de insumos (preservativos e géis lubrificantes) dentro das penitenciárias, realizando, assim, o aconselhamento, a orientação sobre utilização correta, a capacitação e empoderamento dos indivíduos diante das tecnologias de prevenção⁽¹⁸⁾.

Por fim, menciona-se como limitações do estudo o tipo de amostra, não probabilística, por conveniência, pois a coleta de dados foi conduzida conforme disponibilidade da penitenciária, nos dias em que o número de agentes penitenciários presentes garantiriam a segurança do grupo, que não houvesse visita de familiares aos detentos, nem a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio e nem mesmo atividade de qualquer outra instituição; esse tipo de amostragem dificulta ainda realizar afirmações gerais com rigor estatístico. Outra limitação foi o fato de ter sido investigada apenas a história pregressa de ocorrência de IST, antes do ingresso na penitenciária, sendo, por isso, fundamental a investigação desses agravos dentro da unidade prisional.

CONCLUSÃO

Conclui-se que apesar dos detentos apresentarem um perfil socioeconômico de vulnerabilidade às IST, como exemplo a baixa escolaridade, eles adentraram o sistema prisional, em maioria, sem história pregressa de IST. Todavia, entre aqueles que apresentavam histórico de IST existiram

maiores percentuais de conhecimento, atitude e prática inadequados. Diante disso, faz-se necessário que sejam desenvolvidas e implementadas ações que visem não só a distribuição de preservativos dentro das unidades prisionais, mais também ações de educação em saúde que favoreçam o empoderamento deles acerca de conhecimentos, atitudes e prática adequados quanto ao uso do preservativo masculino, garantindo, assim, a diminuição da ocorrência de IST.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público. A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro - 2016. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2016.
2. Sousa KAA., Araújo TME, Teles SA., Rangel EML, NERY IS. Factors associated with HIV prevalence in a prison population. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2017 [acesso em 20 out 2020]; 51:e03274. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v51/en_1980-220X-reeusp-S1980-220X2016040903274.pdf
3. Albuquerque ACC, Silva DM, Rabelo DCC, Lucena WAT, Lima PCS, Coelho MRCD, Tiago GGB. Soroprevalência e fatores associados ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) a sífilis em presidiários do Estado de Pernambuco, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2014 [acesso em 20 out 2020]; 19(7):2125-132. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n7/1413-8123-csc-19-07-02125.pdf>
4. Nascimento GTS, Lima LM, Ferreira MAM, Rodrigues TDB. Práticas sexuais e a vulnerabilidade ao HIV em mulheres privadas de liberdade. In: II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde; 2017; Campina Grande; 2017. [acesso em 20 out 2020]. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/29541>
5. Cooper HL, Caruso B, Barham T, Embry V, Dauria E, Clark CD, Comfort ML. Partner incarceration and African-American women's sexual relationships and risk: A longitudinal qualitative study. *J Urban Health* [Internet]. 2015 [acesso em 20 out 2020]; 92(3):527-547. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25694224/>
6. Reis CB, Bernardes EB. O que acontece atrás das grades: estratégias de prevenção desenvolvidas nas delegacias civis contra HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]; 2011. [acesso em 20 out 2020]; 16(7):3331-3338. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000800032&lang=pt
7. Nicolau AIO, Ribeiro SG, Lessa PRA, Monte AS, Bernardo EBR, Pinheiro AKB. Knowledge, attitude and practices regarding condom use among women prisoners: the prevention of STD/HIV in the prison setting. *Rev Esc Enferm* [Internet]; 2012. [acesso em 20 out 2020]; 46(3):711-719. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n3/en_25.pdf
8. Rocha MDHA, Samudio M. Comportamento sexual vulnerabilidade e conhecimentos relacionados às infecções sexualmente transmissíveis/HIV/AIDS. *Revista de Enfermagem* [Internet]; 2015. [acesso em 20 out 2020]; 11(11):26-39. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeenfermagem/article/view/1803/0>
9. Nicolau AIO. Conhecimento, atitude e



prática de presidiárias quanto ao uso do preservativo masculino e feminino [dissertação]. Fortaleza: Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará; 2010.

10. Alves JP, Brazil JM, Nery AA, Vilela ABA, Martins Filho IE. Perfil epidemiológico de pessoas privadas de liberdade. *Rev. enferm. UFPE on line* [Internet]; 2017. [acesso 20 out 2020]; 11(supl.10):4036-4044. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231163/25123>

11. Nascimento LV, Silva GC, Costa JPT, Santos AS, Souza VHA, Loreti EH. Doenças transmissíveis na população privada de liberdade na Região Centro-Oeste do Brasil. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research* [Internet]; 2020. [acesso 26 out 2020]; 31(3):38-44. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20200805_101349.pdf

12. Organização Panamericana de Saúde (Opas). Guia sobre gênero, HIV/Aids, coinfeções no sistema prisional. Brasília: OPAS; 2012. [acesso em 20 out 2020]. Disponível em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/GUIA_SOBRE_GENERO_2012_1.pdf

13. Nicolau AIO, Pinheiro AKB. Sociodemographic and sex determinants of knowledge, attitude and practice of women prisoners regarding the use of condoms. *Texto contexto - enferm.* [Internet]; 2012. [acesso em 20 out 2020]; 21(3):581-590. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v21n3/en_v21n3a13.pdf

14. Andrade SSC, Zaccara AAL, Leite KNS, Brito KKG, Soares MJGO, Costa MML, Pinheiro AKB, Oliveira, SHS. Knowledge, attitude and practice of condom use by

women of an impoverished urban area. *Rev. esc. enferm. USP* [Internet]; 2015. [acesso em 20 out 2020]; 49(3):364-371. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342015000300364&lng=en&nrm=iso&tln_g=en&ORIGINALLANG=en

15. Martins NVN. Vulnerabilidades às Infecções Sexualmente Transmissíveis de mulheres privadas de liberdade em Santarém-Pará [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; 2018.

16. Pinto VM, Basso CR, Barros CRDS, Gutierrez EB. Factors associated with sexually transmitted infections: a population based survey in the city of São Paulo, Brazil. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]; 2018. [acesso 20 out 2020]; 23(7):2423-2432. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/en_1413-8123-csc-23-07-2423.pdf

17. Kassie BA, Yenus H, Berhe R, Kassahum EA. Prevalence of sexually transmitted infections and associated factors among the University of Gondar students, Northwest Ethiopia: a cross-sectional study. *Reprod Health* [Internet]; 2019. [acesso 20 out 2020]; 16(163). Disponível em: <https://reproductive-health-journal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12978-019-0815-5>

18. Reis RK, Melo ES, Gir E. Factors associated with inconsistent condom use among people living with HIV/Aids. *Rev Bras Enferm* [Internet]; 2016. [acesso em 20 out 2020]; 69(1):40-46. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v69n1/en_0034-7167-reben-69-01-0047.pdf

Submissão: 2020-10-26

Aprovado: 2020-12-23